



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>15588.720925/2021-27</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3101-004.284 – 3ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	12 de novembro de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	MUNICIPIO DE IBIRAPITANGA
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep**

Período de apuração: 01/01/2017 a 31/12/2020

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO. BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA.

A Contribuição para o PASEP, devida pelas pessoas jurídicas de direito público interno, é calculada mediante aplicação da alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

MULTA DE OFÍCIO. CARÁTER CONFISCATÓRIO.

A aplicação da multa de ofício decorre de dispositivo legal vigente, sendo defeso ao órgão de julgamento administrativo analisar a sua constitucionalidade, matéria da competência exclusiva do Poder Judiciário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

*Assinado Digitalmente*

**Renan Gomes Rego** – Relator

*Assinado Digitalmente*

**Gilson Macedo Rosenburg Filho** – Presidente

Participaram do presente julgamento os conselheiros Renan Gomes Rego, Laura Baptista Borges, Ramon Silva Cunha, Denise Madalena Green, Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues, Gilson Macedo Rosenburg Filho (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Luciana Ferreira Braga, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Denise Madalena Green.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão de Manifestação de Inconformidade nº 101-015.898, proferido pela 12ª Turma da DRJ01 na sessão de 21 de julho de 2022, que julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário exigido.

Versa o presente processo sobre auto de infração de constituição de créditos do Pasep decorrentes de pagamentos realizados a empregados pelo município de Medeiros Neto.

Consta Impugnação, de folhas 947 a 957, na qual defende a necessidade de realização de perícia contábil; a exclusão dos valores apurados a título de receitas derivadas de convênios; a inconstitucionalidade da multa aplicada e a ilegalidade da cumulação da taxa selic com juros de mora de 1% e correção monetária.

Sobreveio decisão de primeira instância, nos exatos termos do acórdão de folhas 980 a 1012.

Irresignada, a Recorrente propõe Voluntário, que alega praticamente as razões contidas no recurso inaugural.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro **Renan Gomes Rego**, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, de modo que admito seu conhecimento.

A questão posta para resolução encontra-se no espectro da Lei nº 9.715/1998, que é a legislação aplicável à contribuição ao PIS/Pasep dos entes públicos:

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, de que tratam o art. 239 da Constituição e as Leis Complementares nº 7, de 7 de setembro de 1970, e no 8, de 3 de dezembro de 1970.*

***Art. 2º A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:***

*I - pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;*

*III - pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.*

Verifica-se que a base de cálculo desta contribuição é dada pelo artigo 7º da r. Lei:

*Art. 7º Para os efeitos do inciso III do art. 2º, nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade da Administração Pública, e deduzidas as transferências efetuadas a outras entidades públicas.*

Conforme Relatório Fiscal, a Fiscalização comparou os valores que a Recorrente apresentou escriturados como base de cálculo da contribuição e as deduções, aplicou-se a alíquota determinada pela legislação de 1% (um por cento) e comparou o valor apurado com a declaração prestada na DCTF. Resultou do comparativo que há diferença entre a contribuição devida e a informação que consta na DCTF.

Declarou que realizou as deduções da base de cálculo, como os valores transferidos pelo Município ao FUNDEB, as transferências a outras entidades de direito público interno e as transferências constitucionais ou legais e não voluntárias.

No entanto, não considerou dedutível a transferência para LIGA IBIRAPITANGUENSE DE DESPORTOS TERRESTRES, pois restou comprovado tratar de uma fundação privada com pagamentos a título de salários.

Assim, a autoridade descreve todo andamento da ação fiscal, além trazer a legislação a ser aplicada na apuração do PASEP, conforme Relatório Fiscal de fls. 17 a 51. Elaborou planilhas de apuração, através do qual detalha as bases de cálculo mensais, o PASEP apurado, os créditos deduzidos em favor do contribuinte, chegando à diferença a ser lançada. Deixa claro também, através do mesmo demonstrativo, quais foram as fontes de pesquisa para a apuração da diferença da base de cálculo, para as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do arts. 2º e 7º da Lei nº 9.715/1998.

Até então, nada a reparar no lançamento fiscal, não havendo necessidade de produção de perícia contábil como quer a Recorrente, além de que não apresenta nenhuma memória de cálculo ou indicativo claro de erro por parte da autoridade fiscal capaz de desacreditar o trabalho efetuado e os valores contabilizados, seja a título de transferência para Fundeb ou para convênios.

No tocante aos tópicos recursais da inadequação da multa aplicada pela inobservância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e caráter confiscatório, cumpre consignar que, conforme a Súmula do CARF nº 2, o CARF não é competente para se pronunciar sobre a *inconstitucionalidade de lei tributária*.

Nesse sentido, não cabe à autoridade administrativa afastar a aplicação de Lei cuja inconstitucionalidade não tenha sido expressamente declarada. Cito o artigo 26-A do Decreto nº 70.235/72, abaixo reproduzido:

*Decreto nº 70.235/72*

*Art. 26-A. No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de constitucionalidade.*

Quanto à alegação de ilegalidade da aplicação da taxa Selic cumulada com juros de mora de 1% e correção monetária, registra-se que foi aplicado para fins de juros de mora somente a taxa referencial SELIC, nos termos do art. 61, §3º, da Lei nº 9.430/96. Portanto, não existiu a cobrança cumulada com outro indexador.

**Do dispositivo**

Diante do exposto, voto por **negar provimento** ao Recurso voluntário.

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Renan Gomes Rego**